



ISSN 2359-6597

22 a 24 de Setembro de 2014

XIII Semana Acadêmica  
do Curso de **Filosofia**  
da FAPAS - 2º Semestre 2014

FORMAÇÃO E CONDIÇÃO HUMANA

## CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS ATRIBUIÇÕES DE IDENTIDADE EM JOHN LOCKE

Susie Kovalczyk dos Santos\*

**Resumo:** Neste artigo apresentar-se-á o tratamento de John Locke ao problema da identidade pessoal, que pode ser formulado através da seguinte questão: o que faz com que uma pessoa *S*, no tempo presente *x*, seja *uma e a mesma* pessoa *S* no tempo futuro *y*, ou que seja *uma e a mesma* pessoa *S* no tempo passado *Z*? A proposta lockeana para a solução desse problema parte de que o critério para atribuir identidade varia conforme ao que ela é aplicada e ressalta que é preciso antes fixar o que se entende por termos como ‘homem’ e ‘pessoa’, para então investigar o que é requerido para se falar em um ‘mesmo homem’ e em uma ‘mesma pessoa’. Esta exposição acompanhará o percurso argumentativo do autor, que consiste em, primeiramente, discernir entre identidade e diversidade, passando a enunciar de que tipos de substâncias se pode ter ideia – segundo Locke, Deus, inteligências finitas e corpos – e como suas identidades podem ser determinadas. Nos passos seguintes, o filósofo elucida como se dá a atribuição de identidade a massas de matéria, vegetais e animais, culminando com a explicação da identidade pessoal.

**Palavras-chave:** Identidade pessoal. John Locke.

### Introdução

O que faz de alguém uma pessoa? O que é necessário e suficiente para algo ser uma pessoa - e não uma coisa qualquer? Um óvulo se torna uma pessoa em algum momento do desenvolvimento embrionário? Uma criatura não-humana pode ser considerada, em alguma circunstância, uma pessoa? Um computador pode ser considerado, em algum momento, uma pessoa? O que garante que uma mesma pessoa exista em tempos diferentes? O que garante que uma pessoa hoje seja a mesma pessoa de ontem? Seria a continuidade de uma mesma consciência - critério em primeira pessoa -, a persistência de uma alma imaterial, ou mesmo a continuidade física de um corpo material - ou de alguma parte dele, como o cérebro? Eis alguns dos questionamentos que, para além dos limites dos estudos propriamente filosóficos,

---

\* Mestranda em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria - RS. E-mail: [lczyk.susie@gmail.com](mailto:lczyk.susie@gmail.com)

são levantados também, em alguma medida, pela humanidade em geral. Tais questionamentos, bem como suas possíveis respostas, trazem implicações para os mais diversos aspectos da vida humana. Saber qual a natureza metafísica das pessoas, bem como o que garante sua permanência, tem implicações de ordem teológica, como quando se problematiza a possibilidade de vida após a morte. Jurídicas, também: ter garantias de como determinar se uma pessoa presente é a mesma pessoa que, num tempo passado, agiu de uma ou outra forma, é determinante para lhe atribuir retribuições ou punições. Sentimentos morais como culpa, louvor e ressentimento também dependem de uma prévia definição de pessoa. Mesmo os julgamentos de caráter dependem de uma noção subjacente de pessoa, uma vez que se costuma qualificar o caráter de uma pessoa a partir de suas ações, assim, como atribuir tais e tais ações, que acontecem em diferentes momentos no tempo, a uma mesma pessoa? As discussões atuais em bioética, tais como as que cercam o aborto, o uso de células tronco embrionárias, a eutanásia e a exploração animal também requerem que se delimite o que configura uma pessoa e que direitos e deveres esse status garante, moral e juridicamente.

Tais discussões remetem ao problema da identidade pessoal, que pode ser formulado, em linhas gerais, através da seguinte questão: o que faz com que uma pessoa *S*, no tempo presente *x*, seja *uma e a mesma* pessoa *S* no tempo futuro *y*, ou que seja *uma e a mesma* pessoa *S* no tempo passado *z*? Este artigo explora o tratamento da questão principalmente a partir dos escritos do filósofo inglês John Locke (1632-1704) no capítulo XXVII da obra *Ensaio sobre o entendimento humano*. Ao autor é atribuída, segundo Thiel (2008), a origem do tratamento atual do problema da identidade pessoal. O capítulo, intitulado *Da identidade e da diversidade*, foi acrescentado na segunda edição do *Ensaio* e vincula a identidade pessoal à continuidade de uma mesma consciência no transcorrer do tempo.

Primeiramente, a resposta à questão requer um esclarecimento prévio sobre o que se entende, em tal contexto, por *mesmo(a)*. Há duas noções de identidade: identidade *qualitativa* e identidade *numérica*. Uma coisa *x* é *qualitativamente* idêntica a uma coisa *y* se, e somente se, *x* e *y* possuem as mesmas características gerais ('qualidades') e são o mesmo *F* se ambas possuem a característica *F*. Em contrapartida, *x* e *y* são *numericamente* idênticos se, e somente se, *x* e *y* são o mesmo *indivíduo*, independentemente de como se determine essa noção – por exemplo, observando *x* diante de mim, também observo *y* no exato mesmo lugar e instante. A principal preocupação dos filósofos que investigam o tema da identidade pessoal é, nesse caso, encontrar o que constitui a identidade *numérica* de pessoas ao longo do tempo: costuma-se dizer que a pessoa *S* que é adulta no tempo presente é *a mesma* pessoa *S* que foi criança

décadas atrás, no sentido de que há a continuidade de um indivíduo nesse intervalo, embora suas características tenham mudado bastante desde a infância. Segundo Garret,

[a]o formularmos questões sobre a identidade pessoal, nós queremos empregar o termo “identidade” no sentido de identidade numérica estrita, como determinado pela Lei de Leibniz (ou seja, A é considerado idêntico a B se e somente se tudo o que é verdadeiro de A é verdadeiro de B, e vice-versa). Não estamos preocupados com identidade no sentido qualitativo, como quando falamos de “gêmeos idênticos”. Numericamente, os gêmeos são duas pessoas, não uma (GARRET, 2008, p. 127, grifos do autor).

Responder quais as condições necessárias e suficientes para a determinação da identidade de uma pessoa demanda abarcar uma consideração acerca da natureza das pessoas, ou, nas palavras de Garret (2008, p. 130), delimitar ‘a qual categoria ontológica, ou categoria de ser, as pessoas pertencem’, ou seja, se ‘[p]essoas são almas imateriais, seres humanos, corpos, cérebros ou feixes de percepções’.

As teorias sobre a identidade pessoal podem ter como foco investigativo a busca por quais os critérios requeridos para que o eu seja dotado de *simplicidade* em um momento e *identidade* no curso de momentos diferentes. O primeiro caso concerne ao caráter *sincrônico* da identidade, apontado por Hacker com o exemplo de Hume, quando em seu empreendimento filosófico ‘encontrou-se diante do problema de descobrir um princípio de unidade que determina uma série de experiências como as experiências que são *suas*’ (HACKER, 2010, p. 301, grifo do autor). O segundo caso diz respeito ao caráter *diacrônico* da identidade e tem como exemplo a defesa lockeana de que uma pessoa *S* preserva sua identidade retrospectivamente até o ponto em que pode estender, através da memória, a consciência de *S* ao passado. Uma teoria sobre a identidade pessoal pode explorar ambos os aspectos, ou seja, defender – juntamente com Locke - ou rejeitar – juntamente com Hume - uma noção de eu cognoscente como unidade sincrônica – considerando um instante, o eu é dotado de simplicidade – e diacrônica – considerando uma sucessão de instantes, o eu é dotado de identidade.

Os critérios necessários para a identidade de uma pessoa podem estar relacionados à primeira pessoa – critérios subjetivos ou psicológicos – ou à terceira – critérios objetivos -, diferentemente do que ocorre em relação à identidade de todas as demais coisas, que só pode ser analisada a partir do ponto de vista de terceira pessoa. Essa distinção é o que Maslin (2009, p. 251) denomina ‘contraste epistêmico’, o qual resulta ‘nas diferentes maneiras pelas quais fazemos julgamentos sobre a identidade dos outros, por comparação com os julgamentos que fazemos sobre nossa própria identidade’.

As dificuldades encontradas na tradição filosófica de até então quanto ao tratamento da questão da identidade pessoal seriam provenientes, segundo Locke, do uso da linguagem comum no tratamento filosófico dos problemas:

É claro, portanto, que a dificuldade e a obscuridade nesse ponto devem-se antes ao mau uso dos nomes que a uma obscuridade intrínseca às coisas mesmas. O que quer que perfaça a *ideia* específica à qual se aplica o nome, se nos ativermos à mesma *ideia* consolidada, não teremos dificuldade para conceber a diferença entre coisas idênticas e coisas diversas (LOCKE, 2012, p. 369, grifos do autor).

Para Locke, os critérios de identidade variam conforme aquilo a que se aplicam:

para conceber e julgar corretamente *identidade* devemos considerar qual a *ideia* representada pela palavra. Se os nomes *substância*, *homem* e *pessoa* representam três *ideias* diferentes, então uma coisa é a mesma *substância*, outra é o mesmo *homem* e uma terceira é a mesma *pessoa*, e a identidade depende, em todo caso, da *ideia* à qual cabe o nome. A cuidadosa consideração desse ponto poderia ter evitado boa parte das frequentes confusões a esse respeito, que parecem acompanhadas de dificuldades nada desprezíveis, especialmente no caso da *ideia de identidade pessoal* – que é o nosso próximo assunto (LOCKE, 2012, p. 349, grifos do autor).

Essas dificuldades concernentes à temática da identidade pessoal poderiam, portanto, ser solucionadas fixando, primeiramente, o que se entende por termos como ‘homem’ e ‘pessoa’, só então passando ao que é requerido para se falar em um ‘mesmo homem’ e em uma ‘mesma pessoa’<sup>1</sup>. A compreensão desses diferentes critérios de identidade sobre os quais Locke escreve requer que se atente, ainda que brevemente, à diferenciação entre três tipos de termos gerais, a saber, os *termos adjetivos*, os assim chamados *termos sortais* e os *termos de massa*. Segundo Lowe,

[c]onsiderando um termo geral como sendo qualquer expressão (seja simples ou complexa) que é aplicável univocamente a muitos indivíduos diferentes, como em ‘verde’, ‘redondo’, ‘árvore’ ou ‘montanha’ podemos dizer que os termos gerais *adjetivos* ou *caracterizantes* são aqueles como ‘verde’ e ‘redondo’, ao passo que os termos gerais *substantivais* ou *sortais* são aqueles como ‘árvore’ e ‘montanha’ (LOWE, 1995, p. 93, grifos do autor, tradução nossa)

Em linhas gerais, termos adjetivos denotam qualidades que caracterizam as instâncias a que se aplicam. Termos sortais são aqueles que reúnem sob sua denominação coisas de um mesmo tipo, servindo de base para critérios de individuação e identidade associativa de suas instâncias. Tomando como exemplo o sortal ‘árvore’,

---

<sup>1</sup> Emprega-se a expressão ‘o mesmo F’

não apenas temos um critério de aplicação que nos diz que coisas são árvores e que coisas não são; nós também somos guiados pelo significado do termo com referência às condições que determinam se uma árvore é a mesma ou é diferente de outra. Porque, e somente porque, temos tal direcionamento na forma de um *critério de identidade* para árvores, somos capazes de *contar* ou *enumerar* árvores, e podemos desse modo esperar responder a uma questão como ‘quantas árvores existem na floresta?’. A tarefa de contá-las pode parecer difícil, mas sabemos que é, em princípio, realizável (LOWE, 1995, p. 94, grifos do autor, tradução nossa)

Termos adjetivos, em contrapartida, não são delimitados com a mesma facilidade:

se alguém nos pergunta ‘quantas coisas verdes existem na floresta?’ Nesse caso, simplesmente não sabemos como *começar* a contar, porque não sabemos que *tipos* de coisas contar. (‘Coisas verdes’ não constituem coletivamente um *tipo*, precisamente por que não há um critério único de identidade governando todas as coisas verdes). (...) Claramente, a ‘tarefa’ de contar ‘todas’ as coisas verdes em uma floresta não é apenas impossível *na prática*, mas impossível *em princípio* – porque, na falta de qualquer critério de identidade apropriado, simplesmente não sabemos onde começar, onde parar e como evitar contar a mesma coisa duas vezes (LOWE, 1995, p. 94-5, grifos do autor, tradução nossa).

Termos de massa, por sua vez, são aqueles que, segundo Lowe (1995), ‘denotam tipos de matéria [*stuff*] em vez de tipos de coisas individuais [*individual things*]’. Exemplos de termos de massa são ‘água’, ‘ouro’ e ‘giz’. Adicionando certos substantivos, podemos transformar termos de massa em sortais complexos, como em ‘soma de ouro’ e ‘pedaço de giz’ os quais, como todos os termos sortais genuínos, têm critérios de aplicação e critérios de identidade associados a seu uso’ (LOWE, 1995, p. 97, tradução nossa).

De volta à explicação lockeana, o percurso argumentativo adotado pelo filósofo no capítulo em questão consiste em, primeiramente, apresentar a diferenciação entre *identidade* e *diversidade*, levando em conta, ainda que não explicitamente, os termos sortais. Como explica Lowe,

o critério de identidade para coisas de um dado tipo nos dirá em que – como o próprio Locke coloca – a identidade ou diversidade de tais coisas ‘consistem’. Desse modo, um critério de identidade é simultaneamente um princípio *semântico*, na medida em que é um ingrediente no significado de um dado termo sortai, como também um princípio *metafísico*, nos dizendo sobre a natureza fundamental das coisas às quais o termo se aplica (LOWE, 1995, p. 96, grifos do autor)

Em um segundo momento, Locke enuncia de quais tipos de substâncias se pode ter ideia – segundo ele, *Deus*, *inteligências finitas* e *corpos* – e comenta como suas identidades podem ser determinadas, em linhas gerais. Por fim, o autor elucida como se dá a atribuição de

identidade, primeiramente a massas de matéria, passando a vegetais e animais, culminando na explicação da identidade pessoal.

As definições lockeanas de *identidade* e *diversidade partem* da máxima de que substâncias de um mesmo tipo não podem, de modo geral, ocupar o mesmo lugar ao mesmo tempo: '[a]quilo, portanto, que está num mesmo lugar ao mesmo tempo é uma mesma coisa, e aquilo que está em lugares diversos ao mesmo tempo não é uma mesma coisa, mas sim uma diversa' (LOCKE, 2012, p. 344).

Assim, uma coisa não pode existir em dois lugares ao mesmo tempo – seriam coisas diferentes, com uma qualificação: no caso de itens materiais compostos, é possível que eles existam em mais de um lugar ao mesmo tempo, no seguinte sentido: suas partes ocupam coordenadas espaciais distintas, embora contíguas. Ademais, considere o que ocorre, por exemplo, no caso de uma estátua de mármore com uma figura humana representada: a representação da cabeça está situada espacialmente no lugar x e a do tronco, no lugar y. Locke também afirmou que dois exemplares do mesmo tipo de substância não podem existir em um mesmo lugar ao mesmo tempo, pois seriam, nesse caso, uma e a mesma coisa. A tal afirmação também cabe uma qualificação: uma estátua de mármore com uma figura humana representada está localizada no mesmo lugar de um bloco de mármore esculpido. Ambos são corpos, embora em diferentes sentidos – *corpo organizado* e *corpo material*.

Quanto àqueles três tipos de substância antes mencionados, eles não excluem, segundo Locke, a existência uns dos outros de um mesmo lugar ao mesmo tempo, mas cada um exclui qualquer outro do mesmo tipo de existir no mesmo lugar ao mesmo tempo. Uma alma imaterial pode ocupar o mesmo espaço que um corpo material, por exemplo. A identidade de modos e de relações segue o mesmo princípio. Coisas que existem sucessivamente, como as ações, pensamentos e movimentos dos seres finitos, são diversos, porquanto consistem em partes que, existindo em sucessão em momentos diferentes, se aniquilam a cada sucessão. Isso se dá analogamente à música, que só é possível pela sucessão de sons e pausas.

É o desenvolvimento apresentado por Locke sobre a identidade numérica do terceiro tipo de substância – corpos – que interessa, primeiramente, ao exame da questão da identidade pessoal. Um corpo sem vida, ou uma massa de matéria, é dito idêntico, em tempos diferentes, contanto que não seja acrescida ou retirada nenhuma porção de sua matéria, nem mesmo um átomo. Em outras palavras, para uma massa de matéria uniforme x, se y é uma porção qualquer de x, x é diverso de x-y ou x+y. Locke afirma que

dois ou mais átomos, embora postos juntos numa mesma massa, permanecem, cada um deles, o mesmo; e, enquanto existirem unidos, a massa, que consiste nos mesmos átomos, será a mesma massa, ou corpo, por mais que mude o agrupamento das partes. A massa, ou o corpo, deixa de ser ela mesma quando se subtrai ou se adiciona um átomo (LOCKE, 2012, p. 346).

Para criaturas vivas, porém, o critério de identidade, segundo Locke, é diferente: mesmo a alteração de grandes porções de matéria não descaracteriza a identidade, embora a massa da criatura viva mude. Sua identidade deve-se à presença de uma disposição nas partes de um todo que atuam para a manutenção da vida desse todo, constituindo um organismo. Isso permite que partes sejam adicionadas e subtraídas ao longo do tempo, contanto que sigam cooperando para essa vida.

Sendo o carvalho uma planta única, com organização de partes que, num corpo coerente, compartilha uma vida comum, ele continuará a ser a mesma planta enquanto compartilhar da mesma vida, que pode se comunicar a novas partículas de matéria vitalmente unidas à planta vivente, numa mesma organização contínua, em conformidade a essa sorte de planta. A existência de uma organização como essa numa coleção de *matéria* num instante distingue-a de toda outra nesse particular concreto, e faz dela uma vida individual que, existindo constantemente, para frente e para trás, numa mesma continuidade de sucessivas partes insensíveis unidas ao corpo vivente da planta, tem a identidade de uma mesma planta; e suas partes, enquanto estiverem unidas numa organização contínua, predisposta a transmitir uma vida comum a todas as suas partes, serão todas partes de uma mesma planta (LOCKE, 2012, p. 346-7, grifo do autor).

Quando Locke fala em massas de matéria o que tem em vista são aglomerados de partículas, que contrasta primeiramente com plantas. Estas consistem na organização de partes, compostas por partículas, as quais, num corpo coerente, compartilham uma vida comum. A identidade das plantas depende da continuidade dessa vida comum para a qual as partes da planta, de certa maneira organizadas, colaboram. Essa vida comum pode ser transmitida a novas partes, e não se perde com a perda de uma ou outra parte – uma árvore, por exemplo, não perde sua identidade pela perda de um galho ou uma folha.

Critério semelhante é empregado por Locke para a identidade dos animais. O autor traça um paralelo entre a constituição dos animais e a dos mecanismos, tais como os de um relógio: enquanto este consiste na organização de partes tendo em vista um fim que, para ser alcançado, requer a ação de uma força que é externa às partes, aqueles são corpos contínuos constituídos por partes que compartilham uma vida comum, que podem ser alteradas e cuja força que os mantêm e move resulta da cooperação dessas partes. A manutenção dessa mesma vida em uma continuidade temporal é o que faz de um animal o mesmo através do tempo. Ainda que se alterem suas partes, a vida comum em função de que se organizam e que move o

animal é a mesma. Em linhas gerais, a identidade das coisas vivas em Locke, diz Lowe, ‘consiste na continuidade de processos biológicos que são necessários para sustentar a totalidade de sua organização e economia’ (LOWE, 1995, p. 100, tradução nossa).

Com base na consideração dos critérios de identidade dos animais em geral, Locke apresenta a primeira formulação do que constitui a identidade dos seres humanos. Quando se fala em ‘homem’, segundo o autor, o que se tem em mente é um ser racional dotado de um corpo com uma aparência de modo geral compartilhada com os demais componentes de sua espécie:

[u]m animal é um corpo vivo organizado; e, conseqüentemente, como já observamos, o mesmo animal é a mesma vida contínua comunicada a diferentes partículas de matéria sucessivamente unidas a esse corpo vivo organizado. E, por mais que se fale em outras definições, a observação perspicaz não deixa nenhuma dúvida de que a *ideia* na mente, significada na boca pelo som *homem*, é uma *ideia* desse animal com certa forma (LOCKE, 2012, p. 349, grifos do autor).

Assim, a ideia de lockeana de homem compreende uma espécie de conexão entre duas identidades: ‘o mesmo corpo sucessivo que não muda de repente deve, juntamente com o espírito imaterial, entrar na composição de *ideia* de um mesmo *homem*’ (LOCKE, 2012, p. 352, grifos do autor). Locke passa então para a definição do termo ‘pessoa’, em contraste a ‘homem’, e do critério de identidade pessoal:

Segundo penso, essa palavra [pessoa] representa um ser pensante inteligente, de razão e reflexão, que pode se considerar, em diferentes tempos e lugares, igual a si mesmo, uma mesma coisa pensante – e somente por possuir a consciência, que, sendo inseparável do pensar, parece-me essencial a este. (...) Não é preciso considerar, nesse caso, se o *si* mesmo persiste numa mesma substância ou se em diversas. A consciência que sempre acompanha o pensar é o que faz, de cada um, o que ele denomina si mesmo, distinguindo-se assim de todas as outras coisas pensantes. A mesmidade<sup>2</sup> [*sameness*] de um ser racional é, portanto, o que significa *identidade pessoal*. O alcance da identidade de uma *pessoa* é igual à extensão retrospectiva da consciência que ela tem de uma ação ou de um pensamento; ela é agora tão *ela* mesma quanto era antes; e o *eu* mesmo presente, que agora reflete sobre uma ação passada, executou *ele* mesmo essa ação. (LOCKE, 2012, p. 352-3, adaptado, grifos do autor).

Que uma pessoa seja a mesma ao longo de momentos sucessivos x-y significa, portanto, que ela é um ser pensante e consciente de suas ações e pensamentos ao longo de tempos sucessivos x-y. Assim, observa-se que, diferentemente do que se aplica às demais coisas, vivas ou não, o critério lockeano para a identidade de pessoas é psicológico: ninguém,

---

<sup>2</sup> Pimenta traduz como “mesmice”.

além da pessoa S, pode saber com certeza se S estende sua consciência até um tempo passado y, portanto, apenas S pode saber se é uma pessoa idêntica àquela que praticou certas ações no tempo y:

Qualquer um que refletir sobre *si* mesmo perceberá que a coisa à qual se junta a presente *consciência* pensante é, na medida do alcance dessa *consciência*, uma mesma *pessoa*, igual a *si* mesma, e apenas a *si* mesma, que assume e atribui todas as suas ações a si mesma, como suas próprias (LOCKE, 2012, p. 361, grifos do autor).

Essas asserções refletem a preocupação de Locke em estabelecer um critério de identidade de pessoas a fim de legitimar a atribuição a elas feita de recompensas e punições. Tal preocupação com a responsabilização das pessoas por seus atos leva o autor a afirmar que '[p]essoa é um termo forense que abrange ações e o mérito destas, que cabe apenas a agentes inteligentes, capazes de lei e de felicidade e aflição' (LOCKE, 2012, p. 367, grifos do autor). Só se imputa penas, castigos e gratificações a pessoas. É a pessoalidade, portanto, que insere o ser humano no âmbito da moralidade:

ações das quais não tenho consciência não são parte de minha personalidade e, conseqüentemente, não posso ser responsabilizado de modo justo por elas: não devo aceitar a autoria de ações que não estão unidas à minha personalidade através da consciência, e não posso ser punido justamente por atos criminosos que não atribuo a mim mesmo através da consciência (THIEL, 2008, p. 893)

Porém, externamente só se pode determinar a identidade de homens, e não de pessoas. De que maneira se poderia imputar responsabilidade e, assim, punir ou recompensar um indivíduo? Tendo em vista essa limitação, apenas os julgamentos que a pessoa faz de suas próprias ações e o julgamento divino se aplicariam indubitavelmente à mesma *pessoa*, ao passo que os julgamentos feitos externamente, por terceiros, se aplicam certamente ao mesmo *homem*, mas talvez não à mesma pessoa:

mesmo supondo que eu perdesse inteiramente a memória de partes de minha vida, que não mais pudesse recuperá-la e perdesse para sempre a consciência dessas partes de minha vida, eu seria a mesma pessoa que executou ações e teve pensamentos dos quais uma vez tive consciência, embora os tenha esquecido. Mas é preciso considerar que a palavra *eu* se aplica aqui apenas a homem. Presumindo-se que um mesmo homem é uma mesma pessoa, não há dificuldade em supor que também o *eu* representa uma mesma pessoa. E, se o mesmo homem pudesse ter diferentes consciências incomunicáveis em tempos diferentes, sem dúvida o mesmo homem seria, em tempos diferentes, pessoas diferentes. É nesse sentido que o gênero humano declara suas mais solenes opiniões: as leis humanas não punem o homem *louco* por ações *sensatas*, nem o *sensato* por ações loucas. Isso explica, em certa medida, no próprio uso da língua, quando dizemos que um homem *não é ele mesmo* ou que está *fora de si mesmo*, termos que insinuam que aqueles que os usam pensam

---

que o eu *mesmo* mudou, e que a pessoa *mesma* não mais estaria no homem. (LOCKE, 2012, p. 361-2, grifos do autor)

A distinção que Locke efetua entre as idéias de *homem* e de *pessoa* permitiu que fosse vinculado a uma controvérsia contemporânea acerca da natureza da identidade em geral. Como esclarece Lowe:

[a]lguns teóricos da identidade – conhecidos como “relativistas” – sustentam que é possível para uma coisa ser *F* e *G*, em que *F* e *G* são termos sortais governados por diferentes critérios de identidade; ao passo que outros teóricos – conhecidos como “absolutistas” – discordam disso (...). Uma implicação da visão relativista é que pode fazer sentido dizer que uma coisa individual *x* é a *mesma F* que uma coisa individual *y* e ainda que *x* não é a *mesma G* que *y*: por instância, que A.B. é o mesmo *homem* que C.D., mas não a mesma *pessoa* (LOWE, 1995, p. 97, grifos do autor, tradução nossa)<sup>3</sup>.

Desse modo, alguns intérpretes da teoria lockeana atribuem ao autor *a doutrina da dupla existência*, segundo a qual no tempo *t* não temos um eu [*self*] ao qual diferentes ideias podem ser aplicadas, mas duas entidades: um homem e uma pessoa. Tal perspectiva é absolutista. Segundo Thiel, essa não é a abordagem mais adequada. Para ele, consiste em um equívoco considerar ‘que homem e pessoa são duas *coisas distintas*’ e que, em vez disso, a formulação lockeana ‘pode ser interpretada como uma indicação sobre o uso dos *termos* ‘homem’ e ‘pessoa’: eles, diz Locke, denotam *ideias* distintas – *ideias abstratas* – que podem ser aplicadas ao eu [*self*]’ (THIEL, 2008, p. 889, tradução nossa, grifos do autor). Lowe, por sua vez, não atribui a Locke uma posição definitiva em uma dessas linhas, ‘uma vez que ele nunca levantou explicitamente a questão e nem sequer deu qualquer evidência clara de ter tido ciência de que *há* uma questão a ser resolvida’, limitando-se a dizer que ‘[e]le às vezes *escreve* como se fosse um adepto do relativismo’ (LOWE, 1995, p. 97, grifos do autor, tradução nossa). Resta saber, diz Locke, se a continuidade de uma mesma consciência está vinculada a uma única substância. Em um primeiro momento, o autor defende a mesmidade de uma substância pensante – seja ela material ou imaterial, simples ou composta - enquanto consciente de seus pensamentos e ações ao longo do tempo. Entretanto, uma dificuldade é apresentada: diante de situações que promovem a descontinuidade da consciência – sono profundo e esquecimento, por exemplo – a substância pensante permanece a mesma? A

---

<sup>3</sup> É a concepção dita “absolutista” da identidade que subjaz à objeção à teoria lockeana da identidade pessoal segundo a qual esta viola o princípio da transitividade da identidade. A objeção, encontra-se originalmente em Berkeley, no seu *Alciphron: or the Minute Philosopher* (1732), Seventh Dialogue, section 8 (CLARKE, 2009, p. 304-5). A objeção é retomada notoriamente por Thomas Reid, em seu *Essays on the Intellectual Powers of Man* (1785), Essay III, Chapter VI (HAMILTON, 1872, p. 351).

questão da identidade pessoal, segundo o autor, prescinde da resposta, uma vez que é garantida pela presença de uma mesma consciência – ‘[s]em consciência, não há pessoa, não importa a substância nem o seu molde: sem consciência, a substância é tão pessoal quanto o esqueleto’ (LOCKE, 2012, p. 364) - e não pelo vínculo dessa consciência a uma ou mais substâncias:

Não se considera, nesta avaliação de *identidade*, como parte do mesmo *eu*, a identidade numérica de substância, mas apenas a mesma consciência contínua à qual podem se unir ou se separar muitas substâncias – que, enquanto permanecerem vitalmente unidas àquilo que em nós é consciente, serão parte do mesmo *eu*. Sendo assim, participa de *nós* mesmos toda parte de nosso corpo vitalmente unida àquilo que em nós é consciente; se for rompida a união vital que comunica consciência, deixa de ser nossa parte o que antes era parte de *nós* mesmos (assim como as partes do *eu* de um outro homem não são minhas), e não é impossível que logo venha a participar de uma outra pessoa. Uma mesma substância numérica pode participar de duas pessoas diferentes: uma mesma pessoa pode preservar-se na mudança de várias substâncias. (...) Qualquer substância vitalmente unida ao presente ser pensante participa do *mesmo eu* que agora existe, e qualquer coisa a este unida pela consciência de ações anteriores é parte do *mesmo eu*, que é o mesmo agora como antes (LOCKE, 2012, p. 366-7, grifos do autor).

Thiel reforça a contingência, apontada por Locke, da permanência de uma mesma substância para a manutenção, ao longo do tempo, da identidade de uma pessoa:

Eu sou, no presente, a mesma pessoa que era no passado não por que sou o mesmo corpo vivo, nem por que a mesma substância pensa em mim, mas apenas porque a experiência da minha consciência presente está conectada com aquela da experiência da consciência passada: elas pertencem a uma vida consciente, e isso significa que são parte de uma pessoa idêntica (THIEL, 2008, p. 891).

A importância da preservação da consciência para constituição da identidade pessoal e, assim, a justa atribuição de punições e recompensas das pessoas por suas ações reflete não só a preocupação lockeana com os tribunais da lei. Antes, a teoria de Locke acerca da identidade pessoal expressa uma preocupação de caráter teológico: ‘Locke também pretende explicar o modelo como nós no presente estamos relacionados com a vida futura e o julgamento divino. Ele faz isso relacionando a noção de consciência com a do desejo de felicidade.’ (THIEL, 2008, p. 895, tradução nossa). Assim, a preservação da identidade pessoal de *S*, pela continuidade da consciência, na vida após a morte, é fundamental para a atribuição divina de punições e recompensas a *S* pelas ações que realizou antes de morrer.

## Referências

- CLARKE, D. M. (Ed.). **George Berkeley: Philosophical Writings**. Cambridge Texts in the History of Philosophy. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- GARRET, B. **Metafísica: conceitos-chave em filosofia**. Tradução de Felipe Rangel Elizalde. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- HACKER, P. M. S. **Natureza humana: categorias fundamentais**. Tradução de José Alexandre Durry Guerzoni. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- HAMILTON, W. (Ed.). **The works of Thomas Reid**. Edinburgh: Maclachlan and Stewart, 1872.
- LOCKE, J. **Ensaio sobre o entendimento humano**. Tradução de Pedro Paulo Garrido Pimenta. São Paulo: Martins Fontes, selo Martins, 2012.
- LOWE, E. J. **Locke on human understanding**. London: Routledge, 1995.
- MASLIN, K. T. **Introdução à Filosofia da Mente**. Tradução de Fernando José R. da Rocha. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- THIEL, U. Personal identity. In: GARBER, D. (Org.). **The Cambridge History of Seventeenth-Century Philosophy**. Vol. I. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.